



Parecer Jurídico nº 22/2023

Para: CÂMARA DE VEREADORES

De: ASSESSORA JURÍDICA DA CÂMARA DE VEREADORES

Análise e Parecer Sobre Projeto de Lei nº 22/2023

Na qualidade de Assessora Jurídica da Câmara de Vereadores de Carará – RS, venho através deste parecer apreciar a legalidade do Projeto de Lei nº 22/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

1. RELATÓRIO:

O presente parecer opinativo irá analisar os aspectos de legalidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto de lei nº 22/2023 apresentado pelo Poder Executivo Municipal à Câmara Municipal de Vereadores, objetivando dispor sobre:

“Autoriza a contratação temporária de professor(a) de Anos Iniciais de 1º ao 5º ano e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar 01 Professor(a) de Anos Iniciais, com vinte e oito horas e doze minutos semanais, em caráter temporário, por razão de excepcional interesse público, junto à Secretaria Municipal de Educação.”

Foi apresentado: projeto de lei, descrição das atribuições do cargo, condições de trabalho e requisitos para provimento, bem como, lista das homologações do Processo Seletivo para Professor de Anos Iniciais e mensagem de justificativa.

2. PARECER:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARARÁ

Av. Arno Von Salliel nº 190 – CEP 95515-000 – Centro - Carará/RS - Fone (51) 3615-1315 – 3615-1041
Site: www.cmcarara.rs.gov.br E-mail: cmcarara@gmail.com

No Projeto de Lei analisado, não foram detectadas inconsistências de redação ou vícios de iniciativa, não havendo, portanto, vícios quanto à técnica legislativa utilizada e iniciativa do Projeto de Lei.

Na justificativa apresentada pelo Poder Executivo Municipal, a necessidade de contratação decorre da vaga gerada em virtude da Professora Isabel Cristina de Souza Bernardes, que ocupava uma das vagas de anos iniciais, ter sido transferida para a Secretaria Municipal de Educação no lugar da Coordenadora Pedagógica Rute Bühler, que atualmente está na Direção da EMEIF Pedro José de Borba. A Professora Isabel irá ficar como Coordenadora Pedagógica para coordenar o Projeto de Alfabetização, daí derivando a necessidade de contratação de outra profissional.

O Executivo, através de Ofício mensagem, em 27-02-2023, após reunião realizada na Câmara Municipal complementou a justificativa, informando que para esta contratação estará sendo cancelada a suplementação da professora Fabiana, assim não haveria aumento de despesa.

Em relação ao chamamento de um professor, verifica-se que existe Processo Seletivo nº 13/2023, conforme homologações apresentadas, obedecendo assim os requisitos de legalidade e impessoalidade, porém, o Município deverá providenciar com urgência, a realização de concurso público para suprir a vaga mencionada no processo seletivo em razão do caráter permanente do serviço.

Constata-se em relação aos limites de despesas com pessoal, que o percentual do Município no exercício de 2022 foi de 57,93% (cinquenta e sete vírgula noventa e três por cento). A LRF inclusive prevê em seu art. 22, parágrafo único, algumas vedações caso a despesa com pessoal exceda a 95% (noventa e cinco por cento), contudo, ressalva a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança, conforme previsto no inciso IV do referido artigo:

“Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARAÁ

Av. Arno Von Saltiel nº 190 – CEP 95515-000 – Centro - Caraá/RS - Fone (51) 3615-1315 – 3615-1041
Site: www.cmcaraa.rs.gov.br E-mail: cmcaraa@gmail.com

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

(...)

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

Deste modo, por não se tratar de aumento de despesa, não há impeditivos para a contratação. Assim, na qualidade de Assessora do Legislativo analisando todo o respectivo Projeto de Lei nº 22/2023, verifica-se não haver vícios de técnica legislativa e de iniciativa, porém, deve ser analisado o limite de despesa com pessoal e adequação orçamentária, para cumprimento das legalidades necessárias e consequente aprovação do mesmo, e assim atender os aspectos da legalidade e constitucionalidade.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Assessoria Jurídica **opina** pela legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 22/2023, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário, devendo ser analisado pelos Nobres Vereadores quanto ao interesse público bem como oportunidade e necessidade do feito.

Caraá, 27 de fevereiro de 2023.


Indiamara Pires da Silva

OAB/RS 88.113

Assessora Jurídica do Legislativo